

A música de rua no comércio informal de Salvador – BA como agenciadora de identidades: das negras de ganho às modernas mídias urbanas.

Mestranda Helen Campos Barbosa¹ (UNEB)

Resumo:

O presente artigo tem como corpus de análise a prática musical de vendedores ambulantes classificadas como pregões. A proposta é estudar como as narrativas orais musicais, nesse contexto, articulam elementos identitários e os insere na sociedade baiana. Registros de letras de músicas comprovam que a língua Yorubá ainda misturava-se a língua portuguesa, as roupas utilizadas pelos vendedores e sobretudo vendedoras também denotavam a forte presença da cultura africana. Tais fatos demonstram que esses elementos identitários, aliados aos pregões, eram também uma forma de comunicação diante da sociedade vigente.

Palavras-chave: identidade, pregões, música de rua, narrativas.

1 Introdução

O processo histórico de urbanização do território brasileiro possibilitou o surgimento e crescimento das cidades, onde as de maior índice demográfico se constituem como metrópoles, reconfigurando o espaço geográfico natural em um espaço geográfico artificial urbano. Nesse contexto, o vendedor ambulante, ícone característico dos centros das cidades já perambulava pelas ruas anunciando suas mercadorias em forma de música. Hoje, a figura do ambulante incorpora elementos tecnológicos para chamar atenção da freguesia.

Assim, pretende-se refletir sobre a música de rua enquanto prática comunicativa utilizada por vendedores ambulantes. Sabe-se que essa atividade era realizada essencialmente por negros, sobretudo no séc.XIX. Após a abolição da escravatura, era uma das poucas alternativas que alforriados e não alforriados encontravam para sobreviver naquela sociedade. Para além desta configuração, do período pós – abolição, hoje pode-se fazer uma analogia daquele momento histórico com o cenário atual, quanto às práticas de negros para sua subsistência nesta sociedade.

Deste modo, cabe um recorte dessa prática quanto ao aspecto étnico dos indivíduos inseridos na sociedade baiana a partir das práticas comunicativas estabelecidas nas ruas no mercado informal contemporaneamente. Observando ainda que, os pregões podem ser uma construção discursiva,

onde é verbalizada musicalmente uma situação desfavorável para a sobrevivência dos ambulantes, uma vez que esses cantos podem ser “veículo de denúncia” (QUEIROZ: 2001,5).

Colocar uma melodia em letras que apresentem produtos e a entoar de forma vibrante em alto e bom som pelas ruas de uma cidade é uma prática antiga nos centros urbanos do Brasil, em tempos que remontam aos anos iniciais do séc.XIX, segundo Tinhorão (2005). Essas estratégias de venda utilizadas pelos ambulantes são chamadas de *pregões*. Com características bem peculiares, os pregões são denominados por Queiroz (2001) como “(...) qualquer tipo de manifestação musical utilizada para mercar um produto ou serviço, podendo ser vocal, instrumental, eletrônica ou mista” (QUEIROZ: 2001, 2).

O presente texto pretende deter-se à análise do uso da música como prática comunicativa dos ambulantes hoje, tendo como referência as negras de ganho, e outros apregoeiros vendedores da época, como taboqueiros, baleiros, amoladores entre outros ambulantes do século XIX. Trata-se de considerar o diálogo entre a tradição e a modernidade nesta prática que contemporaneamente passou a usar ferramentas tecnológicas. Os elementos musicais, como triângulo, gaita, sino e a voz estridente do vendedor, quando não abandonados, somam-se agora a caixas de som e outras mídias eletrônicas constituindo assim o **pregão eletrônico**.

Percebe-se o aumento do uso de tecnologias, que é apontado por Milton Santos (1988) tanto nas cidades como no campo, afirmando que a paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos acabam por ocupar um lugar cada vez maior. (...) “A urbanização ganha, assim, novo impulso e o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência”.

Uma arte de resistência? Um breve histórico sobre o comércio ambulante realizado pelas mulheres negras nas ruas de Salvador.

Já é lugar comum dizer que as representações construídas em torno do “ser mulher baiana negra” se configuram num discurso de caráter ideológico, num processo onde ocorre uma apropriação das narrativas históricas com ordenamento arbitrário de fatos e elementos regionais com o intuito de que isso seja revertido em dinheiro, através do turismo por exemplo. O objetivo do presente texto é analisar os jogos de negociações aí postos nesse complexo processo, uma perspectiva proposta por Yúdice (2006) que foge das análises centradas nos pólos de alta cultura versus cultura cotidiana.

As baianas do acarajé na constituição de suas indumentárias e estratégias de venda, desde a Bahia colonial engendram um processo de negociação com as camadas sociais dominantes, inicialmente na figura do senhor escravocrata, e posteriormente com os órgãos oficiais. É necessário entender que em cada momento histórico essas negociações funcionavam em perspectivas diferenciadas, a partir do contexto e relações sociais estabelecidas na época.

Proponho pensar a estética das baianas e seus tabuleiros como uma arte se fazendo nas ruas de Salvador e em processo de constantes negociações ao longo dos anos. Voltando-nos para observar a atividade comercial desenvolvida pelos negros na Bahia no século XIX constatamos que cabe uma análise mais aprofundada sobre a inserção dos negros no comércio. Nesse período, existiam negros escravizados que vendiam produtos e ficavam com parte do dinheiro da venda ou negociavam benefícios com seus senhores.

Havia diversos tipos de escravizados (as). De propriedade do senhor (a) ou alugados (as). Empregados (as) no eito ou nos serviços domésticos. Havia os(as) escravizados(as) "ao ganho" – aqueles(as) que o senhor punha a realizar determinado serviço para fazer algum dinheiro. Os(As) que trabalhavam nas cidades, exercendo diversos ofícios, podiam ser libertos(as), mas podiam ser também escravizados(as) "ao ganho". Ou escravas, que tanto podiam vender quitutes como serem prostituídas, para proveito de seu senhor ou senhora. (SANTOS NETO, Manoel, 2004, p. 101).

Diante desse contexto, nos ateremos às mulheres negras que eram escravas de ganho vendedeiras. Segundo Cecília Soares (1996) o sistema de ganho era a característica preponderante nas relações escravistas nas ruas de Salvador. Ressaltando que tanto mulheres escravas, para ganho de seus proprietários, quanto negras libertas, para sustento próprio e de seus filhos, se destacavam no mercado de trabalho urbano. A autora cita Wetherell (1845) afirmando que o produto do trabalho da escrava em Salvador "permitia ao dono viver na ociosidade na medida em que possuía de dois a três ou mais escravos" (Wetherell apud Soares).

A origem do comércio realizado pelas mulheres nas ruas pode ser explicada com o fato de que a Bahia possuía um dos Portos de destaque e que recebia mercadorias, inclusive escravos de várias partes da África. Os escravos que chegavam dessas diversas regiões do continente africano traziam características de sua própria cultura, no nosso caso cabe ressaltar que as mulheres iorubas, por exemplo, tinham no comércio uma atividade forte em sua terra de origem. Por esses motivos eram as mulheres de origem africana que podiam ser observadas nas ruas de Salvador vendendo nesse período. Além disso, para as mulheres brancas, ao longo do século XVIII e início do XIX, se expor nas ruas seria algo incomum, Mattoso (1992) explica que elas viviam reclusas e que nas ruas só se

viam as humildes “ganhadeiras” ou mensageiras de negócios ilícitos.

As mulheres negras precisavam estar nas ruas para ganhar seu sustento e o comércio era uma das atividades onde a presença dessas mulheres era marcante. Até porque, mesmo após a abolição da escravatura, era o comércio informal realizado por pessoas que não possuíam oportunidade de exercer outras atividades, sendo então predominantemente exercido por negros, servindo ainda como ofício que poderia possibilitar a compra da alforria. Mattoso (1992) ressalta que a rua era um local de comer e beber também e por isso desde as primeiras horas do dia que já se podiam ver as “negras “ganhadeiras” preparando canjica, mingau de tapioca, açaçás bem quentes de farinha arroz e milho, arroz com carne-seca, inhame cozido etc.”

O ato de cantar nessa atividade de venda era comum, uma forma de chamar atenção do freguês para os objetos ou guloseimas que estavam à venda. Essas canções entoadas pelos vendedores ambulantes são chamadas de pregões, uma manifestação tipicamente urbana e individual utilizada como estratégia de venda. Tinhorão (2005) afirma que os pregões podem ser apontados como a forma mais antiga de jingle tendo seu surgimento simultaneamente nas principais cidades brasileiras, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, nos primeiros anos do séc. XIX, uma vez que eram compostos e executados por ambulantes.

O ato de cantar dos vendedores, para alguns autores, servia também como uma forma de desabafo, Queiroz (2001) afirma que era uma espécie de veículo de denúncia. O certo é que a função específica das canções – pregões atraíam a clientela, inclusive as mulheres brancas que não saíam de suas casas para fazerem compras, esperavam os ambulantes para comprarem na porta de suas casas. Numa época em que o acarajé não era vendido num tabuleiro fixo, podemos encontrar numa letra de música a reprodução de um pregão entoado por ganhadeiras, “Ô acarajé ecó olalai ó-Vem benzê-ê-em, ta quentinho”, (Caymmi apud Queiroz). Sobre a presença dos negros e negras ambulantes na Bahia de 1860, Maximiliano de Habsburgo faz uma descrição:

É interessante, também, observar o povo negro passar pela rua, com cestas cheias das mais lindas frutas, sempre gritando, possuídos de uma incansável mania própria cômica de tagarelar e de uma alegria que contrasta, de maneira estranha, com a idéia de escravidão. Os negros possuem uma voz esquisita, indescritível, voz nasalada, uniforme; seus sons guturais soam, sem pata, incansavelmente, como uma prensa áspera. As mulheres têm, em geral, voz de contralto, tão grave que, pelo tom, quase não se podem diferenciar os sexos. Também quanto à fala, não se pode negar, nos negros, algo de animal. Ela não brota do peito, natural e plena; parece, antes, uma prática adquirida, à qual falta a modulação natural” (1982, 94-95)

Apesar da visão preconceituosa desse estrangeiro quanto aos negros, seu relato é importante no sentido de caracterizar as ruas de Salvador no século XIX. E é nesse mesmo relato que

Habsburgo fala das negras ambulantes, como característica das ruas de Salvador em 1982, descrevendo-as, com caixas de vidro grandes e compridas carregadas sobre a cabeça, contendo nelas pastéis, fitas, linhas, linho e outros objetos de uso caseiro. Sendo o comércio a atividade forte entre os povos proveniente da África que desembarcavam nos portos da Bahia, Verger (1992) avalia que era um mercado baseado numa separação dual, diferenciada entre homens e mulheres.

Esse comércio era desenvolvido sob rígido controle, os senhores precisavam de uma autorização da Câmara Municipal e as negras libertas tinham que pedir licença municipal e pagar uma taxa. Apesar de tal vigilância essas vendedoras conseguiram se estabelecer numa função importante para a sociedade baiana, fazendo circular produtos alimentícios e garantindo seu próprio sustento.

Um olhar sobre as indumentárias das vendedoras de acarajé

A forma como nos vestimos é um fator de distinção social. O vestuário da baiana do acarajé é uma composição que reflete os jogos de poder étnicos que ocorreram ao longo da história na Bahia, uma vez que o processo de composição da indumentária da baiana do acarajé perpassa as relações estabelecidas com seus senhores, no séc. XIX e/ou órgãos públicos na atualidade. Dessa forma entendo aqui a composição das roupas das vendedoras como uma arte de rua, fator de legitimação de uma cultura e ao mesmo tempo de negociação com a cultura hegemônica desde a Bahia colônia.

A imagem que temos e entendemos hoje por uma baiana de acarajé passou por um processo de negociações simbólicas. O que atualmente é uma estética amplamente divulgada como um ícone regional baiano, e que perpassa fundamentalmente suas roupas, tem na verdade uma influência forte das atividades desenvolvidas por mulheres negras no período colonial. Já no século XIX temos relatos da opulência dos trajes das negras nas ruas de Salvador. Pierre Verger faz um registro disso ressaltando ainda que tais roupas causavam certos incômodos, o que gerou uma portaria que proibia “luxo exagerado” das escravas do “Estado do Brasil” Verger (1992:103). Tal contexto criava uma situação por vezes contraditória para as negras. As suas roupas de renda e ornamentos de ouro, ao tempo em que podiam demonstrar opulência, representavam também sua subserviência, pois ela estava ali a representar na riqueza dos trajes o poderio econômico do seu dono.

Assim a indumentária delas representava uma via de mão dupla onde ocorre a manutenção da tradição e ao mesmo tempo um processo de adaptação numa mistura de características mulçumanas, iorubas e européias. Mas se ela foi obrigada a usar tais vestimentas no passado, quando se viu

desobrigada disso continuou a usá-la numa reapropriação do costume que tornou - se sinal de tradição e resistência. São muitos os relatos que caracterizam o trajar da mulher negra nas ruas de Salvador. Mesmo em romances da literatura brasileira escritos no século XIX podemos ter tal descrição, Manuel Antonio de Almeida assim as descreve,

As chamadas Baianas não usavam vestido; traziam somente umas poucas saias presas à cintura, e que chegavam pouco abaixo do meio da perna, todas elas ornadas de magníficas rendas; da cintura para cima apenas traziam uma finíssima camisa, cuja gola e mangas eram também ornadas de renda; ao pescoço punham um cordão de ouro ou um colar de corais, os mais pobres eram de miçangas; ornavam a cabeça com uma espécie de turbante a que davam o nome de *trunfas*, formado por um grande lenço branco muito teso e engomado; calçavam umas chinelinhas de salto alto, e tão pequenas, que apenas continham os dedos dos pés, ficando de fora todo o calcanhar; e além tudo isso envolviam - se graciosamente em uma capa de pano preto, deixando de fora os braços ornados de argolas de metal simulando pulseiras. (ALMEIDA,1997:75)

A descrição de Almeida coincide com muitas outras inclusive de estrangeiros que acabam por remeter tais características à sensualidade ou ao exótico. As roupas das negras, de fato era uma afronta aos pudores da época, elas podiam abusar um pouco mais nos decotes, fato que a distinguia ainda mais da senhora branca e que a tornava um alvo para as críticas da igreja católica. Vale ressaltar, entretanto, que a estilização feita da “baiana” no século XX já parte de uma caracterização que valorize o corpo feminino enquanto as roupas usadas pelas vendedoras de acarajé tendiam a preservação da sua identidade.

Quando o ofício passa a ser registrado como bem imaterial do patrimônio nacional brasileiro sua prática que era tradicionalmente artesanal, passa a ser institucionalizada principalmente na forma de se vestir. A partir das descrições feitas por autores brasileiros ou estrangeiros podemos constatar que as vestimentas das negras eram blusas folgadas e transparentes, com uso de rendas, sandálias menores que os pés, acessórios entre jóias e miçangas e saias com volumes. Os turbantes ou torços também foram e ainda são bastante utilizados como forma de valorização da cabeça, traço característico do mundo africano.

Outro fato interessante é que as vendedoras também faziam artesanato e bordados no intervalo de um cliente e outro, isso é descrito por Hildegardes Viana (1979:159-61). Isso acentua ainda mais a ligação existente entre roupas e a prática de venda do acarajé num processo que compõe a prática afro-brasileira nas ruas de Salvador.

Conclusão

O presente ensaio tentou fugir dos binarismos recorrentes em análises relacionadas à questão de gênero e etnicidade, como as provenientes dos processos de subordinação, dominante, dominado, ou ainda em restringir a análise sob um eixo centralizador e único de diferenciação, como sinaliza Stuart Hall (2008). O estudo se deu a partir da análise de textos e imagens relacionadas à temática buscando reconstituir o histórico da atividade comercial desenvolvida por mulheres negras nas ruas de Salvador e assim estudar um dos elementos que faz parte do percurso que proporcionou a condição atual da mulher e do homem negro na sociedade baiana no âmbito público. Sem dúvida esse é um espaço que ainda precisa galgar muitas conquistas, mas nossa intenção neste trabalho é de apenas historicizar a inserção desse grupo étnico nesta atividade comercial lançando um olhar crítico quanto a essa temática.

A partir da análise tecida ao longo do texto, constatamos que o comércio foi a área de atuação de grande parte dos homens e sobretudo das mulheres negras a partir do século XIX na cidade de Salvador. Esse comércio móvel tinha um jeito próprio de ser desenvolvido, a apresentação dos produtos era feita de forma cantada, isso não só em Salvador, como em diversas outras cidades do Brasil. Sobre isso o autor Tinhorão (1976) cita pregões famosos surgidos em cidades como Recife e Rio de Janeiro. Mas a singularidade estabelecida pelas mulheres nessa atividade perpassa também a forma que se vestiam, conseguiram criar um estilo que hoje acaba por transmitir diversos símbolos.

A cultura afro-brasileira lançou mão de elementos comunicativos onde há um entrelaçamento entre as expressões orais, corporais e mais recentemente eletrônicas, nesse contexto Salvador se constitui numa forte representação dessas práticas comunicativas como elemento de sociabilidade e formação identitária. Sabendo-se que identidade nesse sentido refere-se a uma construção simbólica e que possui forte entrelaçamento com a cultura, como esclarece Canclini (1999, p. 78-80) quando diz,

[...] no consumo se manifesta também uma racionalidade sociopolítica interativa [...] nas sociedades contemporâneas boa parte da racionalidade das relações sociais se constrói, mais do que na luta pelos meios de produção, da disputa pela apropriação dos meios de distinção simbólica... no consumo se constrói parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade.

Importante lembrar que na atualidade, comunicação, consumo, política, relações sociais e trabalho são interdependentes e entrelaçando-se simultaneamente estabelecem um cenário novo onde os conceitos clássicos e essencialistas de identidade não mais contemplam uma realidade de culturas e identidades que hoje se configuram como híbridas. Assim, as formas de articulação

territoriais pressupõem trocas simbólicas que estabelecem sentidos e a reterritorialidade.

Ao falarmos do local, especificamente de Salvador, para além de abordar seu aspecto geográfico ou político, buscamos estudar as articulações comunicativas envolvidas na prática do comércio informal. Essa prática individual dos vendedores ambulantes era uma estratégia de venda que surge numa época em que o jingle no formato que conhecemos hoje ainda não existia.

A “baiana do acarajé” acabou por se tornar um ícone que hoje carrega um misto de manutenção das tradições afro e também a criação de algo regional, o “tipicamente baiano”. Uma constituição oriunda de um processo, e aí podemos afirmar assim como Yúdice (2006), onde a diversidade é a moeda de troca da negociação. Ao tempo em que tais características são incorporadas aos discursos governamentais que produzem campanhas publicitárias com incentivo ao turismo, tais características acabam também por se constituir como fonte de renda para os próprios grupos identitários, num verdadeiro jogo de negociação. “Grupos subordinados ou minoritários situam-se nesse esquema como trabalhadores de serviços de nível inferior e como provedores de experiências étnicas e outras culturas que ‘dão vida’.”

Se aportando ainda nos estudos de Yúdice (2006) podemos aqui dizer que a cultura tem sido invocada para resolver problemas que antes eram de âmbito restrito a economia ou política. Uma prova também de que alguns dos estudos a respeito das minorias sociais tem rompido com os tradicionais pólos “dominador X dominado” e tem se atentado para a forma como a arte tem sido cada vez mais uma expressão ideológica ou mesmo identitária. Seja na forma de apresentação de seus produtos, entoando pregões, ou na forma como se vestiam, as mulheres negras no comércio de iguarias tornaram-se empreendedoras, obviamente com lucros pequenos se comparados com grandes empresários, mas que aponta aí para uma forma de resistência feminina, que precisava de dinheiro para provisão de necessidades básicas.

Atualmente ainda é preciso se obter licença para desenvolver a atividade, o órgão licenciador é o SESP - Serviços Públicos e Prevenção à Violência, onde estão cadastrados aproximadamente 15 mil ambulantes. Mas segundo informações do próprio órgão, grande parte dos ambulantes ainda trabalham clandestinamente. Além disso, recentemente no ano de 2007 foi criada o projeto de lei da Câmara que institui a figura do microempreendedor individual (MEI). Essa lei poderá favorecer pessoas que atualmente trabalham no mercado informal, sem carteira assinada ou outro registro de trabalho, com rendimento anual de até R\$ 36 mil. Como podemos observar esses vendedores em sua maioria continuam sendo negros e podemos dizer que por motivos similares aos que descrevemos no séc.XIX, falta de espaço no mercado de trabalho formal.

Uma das últimas pesquisas feitas sobre o assunto é do ano de 2001 realizada pelo etnomusicólogo José Álvaro Lemos Queiroz, que fez um estudo de caso no bairro da Barra,

coletando informações de ambulantes através de entrevistas e registros de pregões executados pelos mesmos. Apesar da pesquisa concentrar-se num bairro especificamente, ele fornece uma mostra do que pode ser a realidade de diversos bairros localizados no centro e na periferia da cidade. Na forma de apresentar seus produtos, entoando pregões, os negros no comércio informal tornaram-se empreendedores, obviamente com lucros pequenos se comparados com grandes empresários. Tal fato aponta para uma forma de resistência étnica quanto à dominação impostas aos negros ao longo da história. Além disso, nos permite lançar um olhar sobre diferentes formas que negros e negras reelaboraram e afirmaram suas existências especificamente na cidade de Salvador.

Referências Bibliográficas

- 1] ALMEIDA, Manoel Antônio de. **Memórias de um Sargento de Milícias**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.
- 2] BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo. Fatos e Mitos**. Trad. de Sérgio Milliet, 7ª ed. Rio de Janeiro Ed. Nova Fronteira, 1980. 309 p. Volume 1.
- 3] CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4ª ed. Tradução de Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. 292 p.
- 4] HABSBURGO, Maximiliano de. **Bahia**, 1860.
- 5] MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **O Cotidiano dos Homens que produziam**. IN: Bahia Século XIX Uma província no Império. Rio de Janeiro Ed. Nova Fronteira, 1992.
- 6] MARTINI, Gerlaine Torres. **Baianas do acarajé: A uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira**.
- 7] NETO, Manoel Santos. **O negro no Maranhão**. São Luís: 2004.
- 8] RIBEIRO, Vanhise da Silva. SILVA, Aline Pires. **Irmandade da Boa Morte: Simbologia dos trajes e reforço a identidade sincrética**.
- 9] SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo. 1988
- 10] SOARES, Cecília C. Moreira. **As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no sec. XIX**. Edição 17, 1996. Disponível em <<http://www.afroasia.ufba.br/busca.php?fazer=buscar>> Acesso nov. 2009.
- 11] TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. São Paulo: Ed, 34. 2005.
- 12] VERGER, Pierre. **Contribuição especial das mulheres ao Candomblé do Brasil**. VERGER, P.; BASTIDE, R. **Contribuição ao estudo dos mercados nagôs do Baixo Benin**. In: Artigos. 1992, São Paulo: Corrupio.

- 13] VIANA, Hildegardes. **A Bahia já foi assim:** crônicas de costumes. São Paulo: GRD; 1979, Brasília: INL.

iHelen Campos Barbosa

Helen BARBOSA, **Mestranda**
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Programa de Pós Graduação em Crítica Culturas – CampusII Alagoinhas-BA
helenjornalismo@gmail.com